

# NOTAS ECONÓMICAS

4

**ROBERT BOYER** LES CAPITALISMES VERS LE XXI<sup>ème</sup> SIÈCLE (II)

**J. ROMERO DE MAGALHÃES** OS CONCELHOS NA ECONOMIA PORTUGUESA DE ANTIGO REGIME

**J. A. SOARES DA FONSECA / FÁTIMA SOL** O MODELO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DE TOBIN

**LUÍS PERES LOPES** MANUFACTURING PRODUCTIVITY IN PORTUGAL

**MARIA ANTONINA LIMA** NÉO-PROTECTIONNISME ET DÉSORGANISATION DES MARCHÉS

**B. JAY COLEMAN / MARK A. McKNEW** IDENTIFYING A DOMINANT MULTILEVEL LOT SIZING HEURISTIC FOR USE IN MRP RESEARCH

**J. G. XAVIER DE BASTO** UMA REFLEXÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

**LINO FERNANDES** GLOBALIZAÇÃO, MERCADO ÚNICO E ECONOMIAS DE PROXIMIDADE

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NÚMERO 4 / Novembro 94 / PÁGINA 1-300 / ISSN 0872-4723

## Notas bibliográficas



### A Grande Transformação 50 anos depois

Em 1944, Karl Polanyi, um intelectual húngaro então exilado em Inglaterra, publicava uma obra que, hoje, volvido meio século, permanece não só como uma das mais importantes reflexões contemporâneas sobre a economia e o económico, mas também como um ponto de passagem indispensável para a construção de visões da sociedade e da economia alternativas aos modelos consumistas e produtivistas e à afirmação ahistórica da regulação universal pelo mercado. Como foi notado por vários comentadores, *The Great Transformation* (Polanyi, 1957) antecipou e condensou o que viria a ser a obra posterior de Polanyi, em prol da elaboração do que ele próprio — contra as correntes dominantes da ciência económica, mas também contra a “falácia economicista” que, segundo ele, seria comum a liberais e marxistas — designou por concepção substantiva da economia. Essa obra seria parcialmente publicada ainda em vida de Polanyi, mas a sua projecção viria a acentuar-se, sobretudo, depois da morte do autor, em 1964, com a publicação de vários inéditos e, especialmente, com a sua crescente influência sobre campos disciplinares como a antropologia económica e a história económica, primeiro, e, mais recentemente, a sociologia económica<sup>1</sup>.

Mas *The Great Transformation*, para além da sua importância enquanto contribuição para o estudo das economias nos seus contextos históricos e para a própria reconceptualização do económico enquanto domínio da vida social e enquanto objecto de estudo, apresenta outra característica que simultaneamente e paradoxalmente data a obra e lhe confere uma enorme actualidade. Estava-se já a caminho do termo da Segunda Guerra Mundial, e pensar no mundo do pós-guerra, um mundo capaz de evitar os caminhos e os escolhos que haviam conduzido, no espaço de menos de meio século, a duas conflagrações

de âmbito, dimensão e consequências destruidoras até aí desconhecidas, obrigava a procurar as origens das contradições que haviam conduzido aos conflitos e a imaginar uma organização global alternativa. Neste sentido, *The Great Transformation* pode ler-se como um manifesto para a nova ordem do pós-guerra, um manifesto enraizado na crença optimista na capacidade de superar as contradições do sistema capitalista, apontando para um modelo de socialismo em que a articulação de diferentes formas de integração e regulação da vida económica, subordinada a dinâmicas sociais baseadas na expansão da democracia, pudesse assegurar bem-estar, igualdade, liberdade e paz para a generalidade da população mundial. Curiosamente, Polanyi, embora acreditando na possibilidade de emergência de uma ordem socialista deste tipo, não a considerava uma consequência necessária do desenvolvimento do capitalismo — recusando, assim, os modelos teleológicos e evolucionistas associados ao marxismo —, mas o resultado possível de processos sociais envolvendo actores capazes de identificar e explorar as oportunidades de acção abertas pelas dinâmicas sociais globais e pelos estrangimentos actuando a diferentes escalas. Assim, e apesar de algumas curiosas convergências, o socialista Polanyi recusava a ideia da inevitabilidade do socialismo que o conservador Schumpeter, dois anos antes, havia procurado demonstrar — num registo pessimista em que considerava tal desenvolvimento indesejável — noutro manifesto voltado para o mundo do pós-guerra, *Capitalism, Socialism and Democracy* (Schumpeter, 1942)<sup>2</sup>.

Um dos aspectos mais interessantes da obra de Polanyi reside no facto de, num texto motivado por uma preocupação com o futuro, ele adoptar a estratégia de enraizar o seu argumento na história, mais precisamente numa análise histórica original da emergência do capitalismo e do que designava por

1 Para uma excelente introdução à obra de Polanyi e à sua biografia intelectual, veja-se Block e Somers, 1984.

2 Seria interessante, aliás, proceder a um estudo comparativo das duas obras, da sua génese e da sua genealogia teórica.



“sociedade de mercado” na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Essa análise constitui um momento fundamental da sua caracterização do capitalismo como uma ordem que emerge de um processo histórico e não como uma espécie de ordem económica natural, conforme postulavam as versões dominantes da ciência económica. Para Polany, tratava-se do resultado de processos sociais e políticos conflituais envolvendo diferentes actores sociais, incluindo não só as classes tradicionalmente instituídas em protagonistas das narrativas marxistas, mas também o Estado. Polanyi reagiria, em particular, contra a ideia da oposição entre o mercado como instituição auto-regulada e o Estado como entidade perturbadora do funcionamento “natural” do mercado. Insistiria, pelo contrário, na dimensão política do processo de criação das instituições do capitalismo, com especial relevo para a dependência da institucionalização e do funcionamento do mercado em relação ao próprio Estado, uma dependência sem a qual não seria possível definir e garantir o direito de propriedade, impor regras de concorrência ou transformar o trabalho e a terra em mercadorias. Este processo conduziria à emergência, pela primeira vez na história, de uma sociedade em que o económico, em lugar de estar subordinado ou “imerso” (*embedded*) nas relações sociais parecia, ao contrário, subordinar a si o conjunto das relações sociais. Tal culminaria na transformação dos seres humanos (sob a forma de trabalho), da natureza (sob a forma da terra) e do dinheiro em mercadorias, em objectos a que poderia ser atribuído um preço (salário, juro e renda, respectivamente), e que passariam a ser comprados e vendidos no mercado, apesar de originalmente não serem produzidos para esse fim, como acontecia com os bens produzidos para serem objecto de compra e venda, isto é, para serem mercadorias. Daí que Polanyi tivesse designado por *mercadorias fictícias ou ficcionais* a terra, o trabalho e o dinheiro, chamando a atenção para o facto de, a prazo, o capitalismo pôr em risco a sua própria capacidade de reprodução e de sobrevivência, ao tratar o trabalho, a terra e o dinheiro como quaisquer outras mercadorias. Para Polanyi, o capitalismo distinguia-se de outros sistemas económicos

precisamente pelo modo como transformava a terra e o trabalho, a natureza e os seres humanos, em mercadorias.

O capitalismo gerou uma representação de si mesmo que elevou à condição de ciência, e que Polanyi designou por concepção *formal* da economia. Tratava-se de uma abordagem que, ignorando as condições históricas de constituição do capitalismo, transformava um conjunto de conceitos aplicados à análise deste em pressupostos transhistóricos de todas as sociedades: as noções de escassez e de escolha, a racionalidade definida como relação entre fins e meios escassos com usos alternativos, a troca como modo “natural” de integrar as relações sociais e o mercado como sua expressão institucional, o medo da fome e a apetência do ganho como motivações “naturais” da acção humana... Toda a vida humana seria, assim, redutível à análise económica formal, transformando a noção de racionalidade associada à escolha em situação de escassez e ao mercado em racionalidade *tout court*, e remetendo para o caixote do lixo da irracionalidade outras formas de acção e outras concepções da motivação da acção humana.

Foi contra esta concepção que Polanyi propôs uma definição distinta da economia e do económico, que designou por *substantiva*, baseada, por um lado, na identificação do económico como o domínio ligado, em qualquer sociedade, à realização das suas condições básicas de existência através da interacção entre seres humanos e entre estes e a natureza, e procurando identificar as suas diferentes formas de existência na história, as diferentes formas da sua institucionalização enquanto processo. Esta abordagem da economia enquanto processo institucionalizado com características distintas nos diferentes momentos históricos deu origem a um conjunto de conceitos que hoje fazem parte do repertório conceptual da sociologia económica. Refira-se, por exemplo, o de *embeddedness*, designando a imersão do económico nas relações sociais, ou os das três formas básicas de integração das relações entre os actores sociais no quadro da realização prática das condições básicas de existência da sociedade e dos seus membros: a troca, a redistribuição e a reciprocidade.



Uma outra ideia fundamental que atravessa *The Great Transformation*, desenvolvida na análise da emergência do capitalismo em Inglaterra, é a de que a lógica da sociedade de mercado é uma lógica tendencialmente destrutiva, que exige a existência do que Polanyi designava por contra-movimento protector. As acções para a limitação do horário de trabalho, a melhoria das condições de trabalho e da segurança, e para a eliminação ou restrição do trabalho das crianças são alguns dos exemplos desse contra-movimento. Os seus sucessores, hoje, podem ser encontrados nos diferentes movimentos sociais que procuram defender as pessoas e a natureza da destruição operada pela dinâmica produtivista e pelo mercado, como acontece com os movimentos de consumidores ou os movimentos ecologistas e ambientalistas.

A narrativa histórica em que se apoia o argumento de *The Great Transformation* passou, como não poderia deixar de acontecer, por diferentes críticas e revisões, decorrentes da investigação posterior à publicação da obra. O que não deixa de ser notável, contudo, é o facto de as linhas principais do argumento de Polanyi terem conservado a sua força e a sua pertinência ao longo de meio século. Como procurei mostrar noutra lado, elas constituem uma contribuição fundamental para compreender aspectos como as modalidades históricas de articulação dos modos de regulação da economia e da sociedade nas diferentes formações sociais do sistema-mundo capitalista, as implicações, para o sistema-mundo, da mudança tecnológica associada à informação, as novas modalidades de contra-movimento protector e de movimentos sociais, ou as dinâmicas da transição para a ordem pós-comunista nos países do Leste Europeu e da ex-URSS (Nunes, 1992).

A importância da obra de Polanyi, hoje, tem a ver não só com o modo exemplar como ele procurou articular a reflexão sobre o passado e o presente com a necessidade de pensar as transformações rumo ao futuro, mas também com o facto de, ainda hoje, as suas teses constituírem um fundamento indispensável para um outro modo de pensar a economia, contra todas as ortodoxias e, em particular, contra as consequências da vaga neo-liberal

que, curiosamente, retoma no fundamental os pressupostos que Polanyi procurou, precisamente, criticar ao longo de toda a obra. Ela aparece, hoje, como um dos alicerces principais de uma visão sociológica da economia e do económico que procura repensar a subordinação da economia às relações sociais contra o reducionismo associado ao "imperialismo económico" de autores como Gary Becker<sup>3</sup>. A recordação, aqui, do cinquentenário da publicação de *The Great Transformation* pretende, acima de tudo, ser um convite à releitura urgente de um clássico que continua a ser uma das obras mais actuais do pensamento social deste século.

João Arriscado Nunes

#### Referências bibliográficas

Block, Fred (1990) *Postindustrial Possibilities: A Critique of Economic Discourse*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

Block, Fred; Somers, Margaret (1984) Beyond the economic fallacy: The holistic social science of Karl Polanyi, in Theda Skocpol (ed.), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 47-84.

Granovetter, Mark; Swedberg, Richard (orgs.) (1992) *The Sociology of Economic Life*, Boulder, Colorado, Westview Press.

Nunes, João Arriscado (1993) Polanyi revisitado: Modos de regulação, inovação tecnológica e contra-movimento protector na era do capitalismo desorganizado, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento — Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, vol. I, p. 97-114.

Polanyi, Karl (1957) *The Great Transformation*, Boston, Beacon Press (2ª edição revista; edição original 1944).

3 Sobre a influência de Polanyi no recente ressurgimento da sociologia económica, veja-se Granovetter e Swedberg, 1992, e Block, 1990. As diferenças entre o "imperialismo económico" e a sociologia económica sobressaem de maneira explícita nas entrevistas incluídas em Swedberg, 1990.



Schumpeter, Joseph (1942) *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Allen and Unwin.

Swedberg, Richard (1990) *Economics and Sociology — Redefining their Boundaries: Conversations with Economists and Sociologists*, Princeton, Princeton University Press.

#### Boaventura de Sousa Santos (1994)

***Pela mão de Alice — o social e o político na pós-modernidade***, Porto, Edições Afrontamento, 299 p.

Em *Pela mão de Alice* encontram-se quase todas as grandes linhas de reflexão desenvolvidas até hoje por Boaventura de Sousa Santos (BSS), o que fica a dever-se desde logo, à circunstância de o livro ser constituído maioritariamente por textos já antes publicados em Portugal e no estrangeiro.

Não se tratando de um livro de leitura fácil, sobretudo para os que não tenham acompanhado de perto a construção da vasta obra de BSS, haverá vantagem em procurar situar os temas agora tratados nas fileiras intelectuais a que pertencem.

1) A *primeira fileira*, que se apresenta neste livro sobretudo de modo implícito, mas nem por isso menos marcante, remete para as concepções de epistemologia e sociologia da ciência que o autor tem vindo a elaborar e desenvolver em várias alturas.

Uma delas sublinha as virtualidades de uma aproximação das ciências sociais às humanidades, na sequência do trajecto que, segundo o autor, as ciências da natureza terão vindo a fazer em direcção às metodologias e pressupostos de análise das ciências sociais. Uma grande abertura, no próprio processo de escrita dos textos nesta última área do conhecimento, à pluralidade de estilos e géneros literários de que se tem alimentado o saber das humanidades, será uma das consequências virtuosas de tal aproximação, e nada melhor do que o próprio título do livro para ilustrar o modo como o autor aqui a assume.

A preocupação em retirar orientações político-pragmáticas (ou só pragmáticas?) a partir, ou no próprio movimento, de formulações de natureza eminentemente interpretativa — a qual é bem visível em capítulos tão distintos como os dedicados à Universidade, à administração da justiça ou à democratização dos espaços do poder social — adequa-se bem, por outro lado, ao princípio, defendido por BSS em *Um discurso sobre as ciências e*

*Introdução a uma ciência pós-moderna*, de que todo o conhecimento visa constituir-se em senso comum.

O interesse de BSS pela sociologia da ciência e pela avaliação crítica das políticas científicas está bem presente na sua obra, pelo menos desde um artigo que sobre o tema publicou no número inaugural da “sua” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. É um filão retomado aqui, a propósito da crise actual do aparelho de produção e difusão de conhecimentos por excelência que é a Universidade. Crise de hegemonia, crise de legitimidade, crise institucional — eis o diagnóstico que, a propósito da vetusta instituição, BSS nos apresenta. Algumas interrogações que hoje se formulam em torno da Universidade encontram nesse diagnóstico contextualização adequada. Deve a Universidade formar privilegiadamente profissionais ou cidadãos, investigadores ou técnicos? Deve “abrir-se ao exterior”? Mas como? Prestando serviços, respondendo pontualmente a procuras pontuais ou tentando induzir procuras através de alguma ousadia na apresentação de propostas de trabalho à comunidade? É possível compatibilizar produção cultural de qualidade com democratização no acesso à Universidade? Que sentido tem a autonomia universitária num contexto de recuo do Estado-Providência, com a consequente asfixia financeira das Universidades? O que pode trazer de novo um processo de avaliação do desempenho universitário?

2) A *segunda fileira* da obra de BSS representada em *Pela mão de Alice* reporta-se a um conjunto de temas habitualmente enquadrados na sociologia política, do direito e do poder.

É um caminho que o autor vem percorrendo desde o início da sua carreira académica, quando empreendeu uma concludente análise dos modos como, no espaço de exclusão das favelas brasileiras, se pôde construir e reproduzir um sistema jurisdicional alternativo — informal e não-oficial, mas dotado de inegável eficácia. Mais tarde, em *O discurso e o poder — ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*, a atenção de BSS concentra-se já sobre as subtis engrenagens de produção e legitimação da ordem social imputáveis aos usos institucionais da

linguagem na esfera do direito. Em “A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça” (Cap. 7 de *Pela mão de Alice*), e retomando tópicos anteriormente referenciados, surge-nos um sólido inventário dos obstáculos económicos, culturais e sociais que se opõem a um acesso efectivo à justiça, bem como uma extensa reflexão sobre os mecanismos de resolução de conflitos sociais. O objectivo é demonstrar que, dado o Estado não ter o monopólio da produção e distribuição do direito, é indispensável partir para a pesquisa neste domínio assumindo a existência de múltiplas articulações entre modos de jurisdição alternativos e a ideia de que é o litígio e não a norma a unidade de análise a privilegiar.

O conjunto de trabalhos reunidos há alguns anos em *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)* constitui um exemplo marcante da importância que tem tido, no percurso intelectual de BSS, a reflexão sobre o Estado. Demonstra aí o autor todo o interesse em não fazer dessa instância o objecto único ou mesmo privilegiado da análise sobre o poder, dando-nos, pelo contrário, indicações seguras, nos planos teórico e empírico, das enormes virtualidades da análise sociológica quando é capaz de pensar o Estado em articulação com outros “modos de produção do poder social”.

No capítulo 5 de *Pela mão de Alice*, BSS retoma, com fôlego renovado, essa sua virtuosa obsessão, propondo não apenas uma crítica tão radical quanto consistente da dicotomia Estado/Sociedade Civil, como ainda uma alternativa teórica assente numa tipologia do poder social. Constrói-a com base na consideração de quatro espaços estruturais (o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço da cidadania e o espaço mundial), a que faz corresponder não apenas instituições e modalidades de relações sociais próprias, como distintos mecanismos de poder, modos de racionalidade e formas de direito. Daí até à formulação de um conjunto de hipóteses sobre o Estado e as formas de poder social em Portugal não vai senão um passo, dado com a firmeza de quem tem vindo a estruturar uma interpretação global e pluridimensional sobre o lugar da sociedade portuguesa no espaço de relações de força mundiais e na “transição de paradigmas societais”.







Ainda a este respeito, só falta acrescentar que, se as propostas para uma nova teoria da democracia e da emancipação social apresentadas no Capítulo 9 assumem uma inesperada limpidez, tal fica a dever-se em grande medida ao trabalho de explicitação e fundamentação analítica, desenvolvido em capítulos anteriores, sobre os referidos modos de produção social e sobre as dificuldades de articulação, na modernidade, entre subjectividade e cidadania.

3) Vê-se pelos tópicos agora mesmo enunciados não ser necessário atingir o último capítulo do livro, altura em que mais explicitamente se sublinha a urgência do pensamento utópico como forma de ultrapassar problemas planetários tão dramáticos como a fome e a guerra em grande escala, a explosão demográfica, as brutais assimetrias Norte-Sul ou a ameaça de uma degradação ambiental irreversível, para se descobrir o lugar da utopia, a atracção utópica, na obra de BSS. Em *Pela mão de Alice*, essa é uma marca que volta a estar presente, não hesitando o autor em sobrepô-la, sempre que necessário, às minúcias da análise sociológica mais convencional sobre os mecanismos que sustentam a produção e reprodução das estruturas sociais. Perante algumas das suas propostas, é inevitável ficar-se às vezes com a sensação de que partem de uma espécie de hipóteses sobre-sociológicas, que os instrumentos teórico-metodológicos disponíveis na disciplina jamais poderão pôr à prova. Mas, se bem avalio as posições epistemológicas de BSS, talvez não seja essa uma questão que verdadeiramente o preocupe ou lhe tolha os movimentos em direcção ao conhecimento (para ele sempre prospectivo) da realidade social.

4) A *quarta fileira* a considerar remete para a sociologia da cultura. É, de todas elas, a que tem raízes menos fundas na obra de BSS, não obstante ser verdade que, pelo menos na abordagem dos saberes e representações do senso comum (que teve de empreender para balizar o seu projecto de construção de uma ciência pós-moderna), a questão cultural não lhe tenha escapado.

Tem-se a sensação de que o livro corresponde, neste domínio, a um ponto de

viragem. Surge-nos, por um lado, uma denúncia particularmente tenaz dos discursos ideológicos, se não mesmo mitológicos, sobre Portugal — uma espécie de senso comum erudito que frequentemente parece obstinar-se, segundo o autor, em considerar Portugal um país indecifrável. Por outro lado, num capítulo intitulado “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, BSS desenvolve longas considerações quer sobre as contestações que lhe foram dirigidas pelas correntes culturais romântica e marxista, quer ainda sobre o movimento de regresso das identidades, a multiplicação de vínculos identitários e as dificuldades em definir hoje movimentos emancipatórios globais. Ensaia ainda o autor uma teorização da cultura portuguesa como cultura de fronteira, sugerindo que ela vai buscar o essencial da sua especificidade a alguma dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais (cosmopolitismo), bem como à capacidade para manter até hoje uma forte heterogeneidade interna (acentrismo). “Hipótese de trabalho”, diz BSS; mas que conviria começar a testar, desde já — acrescento eu —, com recurso à literatura sociológica sobre dinâmicas culturais que entre nós vai florescendo. Aguarda-se, aliás, que seja o próprio Boaventura de Sousa Santos a entrar em força no debate.

José Madureira Pinto

### Discussões Macroeconómicas na América

Paul Krugman, *Peddling Prosperity: Economic Sense and Nonsense in the Age of Diminished Expectations*, New York, London, W. W. Northon of Company, 1994, 303 p.

Paul Krugman publicou um novo livro. Menos profundo que o seu *The Age of Diminished Expectations* (1991), trata-se, no entanto, de um atractivo fresco sobre as discussões macroeconómicas contemporâneas na América. Desabridamente polémico, rigoroso e intelectualmente estimulante, vingativo, informado como poucos — este trabalho de Krugman tem múltiplas linhas de continuidade com a sua obra, mas é também um produto de uma conjuntura altamente favorável ao pensamento crítico da órbita keynesiana e, por isso, o autor chega a pôr o pé em cima do leão que acabou de matar (que, no caso, tanto podem ser os *supply-siders* como essa sub-espécie de economistas a que chama *policy entrepreneurs*).

De facto, este livro é uma moeda com as suas duas faces. Por um lado, é Krugman cúmplice de Keynes e do novo keynesianismo a refazer, a partir da conjuntura presente, a história dos últimos 20 anos da macroeconomia na América — de Friedman e do monetarismo e da crítica feroz à política fiscal dos governos, até aos *supply-siders* das páginas do *Wall Street Journal*, passando pelas expectativas racionais de R. Lucas. E, claro está, a fazer as contas dos resultados económicos do reagranismo.

Depois, é Krugman professor brilhante e consagrado, mas também figura com reconhecimento público, a pôr no lugar aqueles que lhe “usurpam” os corredores da influência política e mediática como nervo suficiente para explicarem em duas palavras *The Way World Works* (o título de um livro de um deles) e consagrarem assim uma nova profissão intelectual a que chama “*policy entrepreneurs*” (os que fazem a opinião pública económica com respostas “pronto-a-vestir” para popularizar as “verdades” da economia). É por isso que Paul Krugman declara que um dos temas do seu livro é mostrar que há duas espécies de economistas: os professores, os economistas

académicos, aqueles que são rigorosos e, mesmo quando divergem radicalmente entre si, fazem o trabalho como ele deve ser feito e, por isso, não se limitam à *up-and-down economics*; e aquela outra espécie acima referida.

Um parêntesis: quanto vale o facto de, em Portugal, ainda serem os economistas académicos, de reconhecida valia intelectual, que vemos nos meios de grande divulgação? É seguramente uma vantagem, embora se vislumbre que a segunda sub-espécie emerge. Um segundo parêntesis para anotar aqui que para as “más línguas” uma parte do tom do livro é devida ao ressentimento de Krugman por não ter sido um dos convidados de Little Rock, quando Clinton consagrou politicamente os economistas de uma nova era.

#### *A quebra do consenso em macroeconomia: o monetarismo*

No dizer de N. Gregory Mankiw a discussão macroeconómica conheceu um prolongado consenso no período do pós-guerra, sob a influência de Keynes. Pode dizer-se que se tratou de uma espécie de contrapartida intelectual do que se passava na economia real, com os anos virtuosos do crescimento económico sem inflação e sem taxas de desemprego elevadas.

Mas se o consenso existiu, e o famoso modelo IS-LM e os seus prolongamentos ocuparam a agenda da investigação macroeconómica durante tanto tempo, os anos setenta marcaram o seu fim, e a história recente do pensamento económico neste domínio ficou cheia de clivagens profundas e de uma espécie de vai-e-vem de posições teóricas que, embora com um certo desfasamento temporal, tem correspondência muito directa no plano político.

Foi, sem dúvida, M. Friedman que marcou o início desta sucessão de debates. A crítica de Krugman a Friedman e ao monetarismo é tão forte quanto o seu reconhecimento de que ele parte da identificação de uma relação empírica como que constituiu “uma das decisivas aquisições intelectuais do pós-guerra” (p. 42). Tratava-se da crítica da curva de Phillips, largamente justificada pela *stagflation* dos anos 70 — o que deu ao monetarismo uma forte respeitabilidade crítica (p. 45). Friedman mostrou que não era possível usar a







expansão monetária para atingir um objectivo arbitrário de “pleno emprego” e que a única coisa possível era ficar na proximidade de uma “taxa natural” de desemprego. E vai mais além, ao radicalizar esta conclusão para uma outra: a de que todas as políticas económicas são negativas e devem ser evitadas em nome de um liberalismo generalizado.

É esta, pois, a posição intelectual essencial de Friedman (o monetarismo), que atacou Keynes no coração da sua posição ao rejeitar uma política monetária activa, ao propor que a oferta da moeda constante fosse a única função da autoridade monetária, visto que quaisquer outras acções poderiam ser, na prática, mais prejudiciais do que benéficas.

A história da discussão macroeconómica refeita neste livro pode ser contada do seguinte modo. Tudo começou quando se quebrou o longo consenso que N. G. Mankiw refere e identifica num artigo muito recomendável no *Journal of Economic Literature*<sup>1</sup>: durante os trinta anos que se seguiram à *Teoria Geral* de Keynes (1936) e à interpretação que John Hicks fez dela um ano mais tarde, o famoso modelo IS-LM e os seus prolongamentos preencheram a agenda da investigação em macroeconomia, até que M. Friedman (e também Phelps) a questionou, seguro de que as críticas à curva de Phillips eram legitimadoras de uma alternativa radical à política monetária activa que a gestão da procura implicava.

Aquele consenso foi uma espécie de contrapartida intelectual do que se passou na economia real, com os anos do crescimento económico virtuoso, sem inflação nem desemprego elevados, que se seguiram à II Guerra, até ao início dos anos 70.

É claro que a perturbação causada por Keynes na economia ortodoxa sempre existiu e vinha desde a publicação da *Teoria Geral* — às visões conservadoras não satisfazia que a discordância do autor com os pressupostos da economia clássica fosse apenas de curto prazo, porque, de facto, estava em causa uma dissensão filosófica essencial. A teoria keynesiana da recessão e da recuperação da

economia não era um pormenor — no dizer de Krugman (p. 32) ela é “uma das maiores realizações do pensamento económico”.

A ferida aberta por M. Friedman e por E. Phelps foi forte porque ela estava escudada numa prova empírica legítima: o *trade off* entre desemprego e inflação não existia de facto.

Não se tratou, contudo, de negar (falsificar, em sentido popperiano) uma relação — tratou-se de assumir a conclusão de que foram as políticas monetaristas activas que levaram à ruptura do *trade off*. A alternativa monetarista partia, assim, para a rejeição dessas políticas e para a proposta de oferta de moeda constante. Isto é, os governos deviam retirar-se para a condição de simples gestores de regras monetárias simples e até mesmo mecânicas (oferta de moeda constante, com crescimento fraco a uma taxa consistente com preços estáveis e crescimento económico de longo prazo — 3 a 4% ao ano nos EUA). Caso contrário, as políticas monetárias confundem os agentes e acentuam os desequilíbrios levando a recessões (e, à custa disto, M. Friedman faz uma coisa bastante difícil para um conservador: explica porque é que afinal, apesar da eficiência dos mercados, as recessões existem).

De novo no outro lado da discussão, Friedman apoia a sua negação do *trade off* inflação/desemprego numa ideia que, não sendo nova, assumia agora uma importância política decisiva — a ideia de neutralidade da moeda (a duplicação da quantidade de moeda em circulação não leva a nenhuma redução do desemprego porque a duplicação dos preços e dos salários faz que, na economia real, nada se altere). É que as empresas e os trabalhadores já não subestimam as taxas de inflação futuras e, por isso, antecipam-nas, ao contrário do que aconteceu num momento histórico preciso, em que a curva de Phillips representou, de facto, uma relação empírica. Assim sendo, resta esperar que seja possível manter a economia próxima de uma taxa natural de desemprego.

#### *As expectativas racionais*

A história desta discussão leva-nos ao limiar de uma outra: a dos argumentos das expectativas racionais de R. Lucas e R. Barro.

<sup>1</sup> *Journal of Economic Literature*, 1990, vol. XXVIII, 1645-1660.

Com efeito, estamos perante um prolongamento de Friedman que completa o processo conservador contra Keynes. O que estava em causa era quebrar a distinção curto prazo/longo prazo que este tinha introduzido para discutir o equilíbrio e a capacidade de auto-correcção dos mercados. Nesta formulação, o longo prazo em que Keynes admitia o equilíbrio não era, afinal, muito longe. De facto, “o problema das expectativas racionais é explicar porque é que, durante uma depressão, preços e salários não caem imediatamente o suficiente para restaurar o pleno emprego” (p. 201). A sua hipótese é que se os agentes estão confundidos acerca do preço apropriado dos seus produtos é porque a situação é efectivamente confusa: não vislumbram que estão perante uma situação geral de depressão e não perante um caso particular e provisório que os afecta apenas a eles (p. 49). Quando dispõem de informação têm tanta como a autoridade monetária e usam-na tão bem como ela. Daí que nenhuma política monetária previsível possa ser efectiva — e assim o argumento de Lucas torna-se muito mais devastador que o de Friedman. Condenando todas as políticas activas e supondo disponibilidade e bom uso da informação, esta teoria condenou-se a si própria, pois na época da máxima informação (em que não é suposto que os agentes confundam o geral com o que lhes é particular) e instabilidade foi persistente e longa (p. 201).

Apesar da ausência de prova empírica, P. Krugman interroga-se: porque é que, mesmo sendo um professor reservado e calmo, R. Lucas foi um “ayatola” de muita gente? São apontadas duas razões para isso: a primeira é que depois de já ter feito o curto-circuito do longo prazo e do longo prazo, Lucas vem também religar a micro e a macroeconomia, refazendo, de novo, o que Keynes tinha desfeito (os ciclos económicos explicam-se por decisões individuais tomadas da melhor maneira perante a informação limitada disponível — entramos no que E. Phelps, de novo ele, já tinha pronunciado em 1970 como os fundamentos microeconómicos da macroeconomia). A segunda razão convinha bem ao ambiente intelectual da época e relaciona-se com uma das cruzadas de Krugman, visível noutros trabalhos seus — é

que Lucas é difícil, matematicamente denso, e essa *technicality* parecia convir à economia académica.

Pelos anos 80 já se notavam fendas no edifício macroeconómico conservador (p. 53). Mas subsistiam ainda duas vantagens a seu favor — o ambiente político era-lhe propício e o keynesianismo estava ainda na penumbra para onde tinha sido empurrado violentamente.

É aí que vale a pena olhar a economia real sob Reagan, coisa que P. Krugman faz na Parte II do livro, mas em que não me vou deter, para poder continuar na maneira como conta a história das ideias.

#### *Os supply-siders*

E a continuação da discussão intelectual levamos directamente aos *supply-siders* — aqueles que P. Krugman arrasa, porque já não são sequer do meio académico. Salvo algumas ligações nem sempre consistentes a R. Mundel (a quem P. Krugman reconhece os méritos mas de quem traça a caricatura de extravagante, p. 87-88) e a A. Laffer, nada mais, segundo ele, lhes dá respeitabilidade académica. Eles são, também, *outsiders*, são gente da “*money culture*”, que se autodesignam como intérpretes esclarecidos da complexidade do mundo durante jantares num restaurante famoso da zona de Wall Street. São, segundo ele, *cranks* tutelados pelo editorialista do próprio *The Wall Street Journal*, Robert Bartley. Jornalistas, portanto, e suficiente maníacos.

Não há, pois, economistas *supply-siders* nas universidades (p. 85), pese embora o facto de qualquer bom economista se preocupar sempre com o lado da oferta (p. 89). E se a proposta principal dos doutrinários é (apenas) que a economia americana beneficiaria de um decréscimo dos impostos (p. 94), também muitos economistas *mainstream* pensam que isso é benéfico — mas tal não é suficiente para fazer deles *supply-siders* (p. 89). O que lhes dá identidade é o fundamentalismo acerca da política fiscal — uma forte insistência no que foram buscar à escola conservadora das finanças públicas (e que somaram ao que foram buscar às expectativas racionais de Lucas).





### Quando é que Keynes renasce?

1992 parece ser o ano mágico do renascimento do autor da *Teoria Geral* (o capítulo 8 de P. Krugman tem por título irónico "No Longo Prazo Keynes Ainda Está Vivo") — nomes importantes são Mankiw e D. Romer que publicam em 1992 na MIT Press uma colectânea de dois volumes chamada *New Keynesian Economics*, ao mesmo tempo que o primeiro destes autores publicava o *textbook bestseller* do momento, capaz de humilhar o de R. Barro, um fracasso baseado nas expectativas racionais.

Nesta altura já "a Reserva Federal tinha respondido ao *crash* bolsista de 1987 com uma expansão monetária agressiva que horrorizou os monetaristas mas que a deixou satisfeita com os resultados" (p. 198). Entretanto, Clinton ficava Presidente.

P. Krugman vem lembrar, de passagem, que este renascimento e a implosão da macroeconomia conservadora se fez sem eco na opinião pública — porque a imprensa a desconhece e ainda continua a dar ecos aos supostos desafios à ortodoxia keynesiana pelos agentes da anterior revolução conservadora (p. 198).

#### Para que é que Keynes renasce?

A ideia do novo keynesianismo é simples: "Aquilo que, no mercado, parece ser um resultado altamente irracional é o resultado da interacção de mercados imperfeitamente concorrenciais e de indivíduos que são um pouco menos do que perfeitamente racionais" (p. 213).

A imperfeição da concorrência não é assunto novo, a questão da quase-racionalidade é assunto que, por exemplo, Herbert Simon já vinha tratando havia tempo e que George Akerlof desenvolveu. Para ambos estes autores "o que é racional é frequentemente menos do que totalmente racional" (p. 206) e isso acontece, nomeadamente, porque as pessoas quase-racionais não tentam usar cada pedaço de informação disponível (isso redundaria num comportamento altamente irracional para cada empresa e para cada família que deve tomar decisões, dado o volume de informação existente).

E aqui reentra a questão da existência de políticas monetárias activas. Se, perante o

comportamento não-necessariamente-racional das empresas — que não ajustam preços e salários de acordo com o que aconteceria num suposto mercado de concorrência perfeita — ocorre uma recessão, já não há que pressupor, como o fariam M. Friedman ou R. Lucas, que o aumento da oferta de moeda em circulação só iria confundir as pessoas — porque, de facto, na sua quase-racionalidade, elas reconhecem a situação. A despesa, o rendimento e o emprego poderiam, então, aumentar perante a intervenção pública com fins correctivos (p. 215).

E assim se passa porque, segundo P. Krugman, o keynesianismo está basicamente certo quando supõe que "uma recessão representa uma falha de coordenação na qual os esforços públicos para manter liquidez desempenham um papel central". Tal como o está o seu pressuposto de que, perante tal situação, "os preços e os salários não caem rapidamente o suficiente para restaurar o pleno emprego" (p. 216). Daí que a política dos governos possa curar o problema, nomeadamente através do aumento da oferta de moeda.

#### Da macroeconomia à "economic geography" ...

Pode ligar-se Keynes, a política monetária e a "economic geography" que tem apaixonado P. Krugman? Pode, e este é um passo muito interessante do livro, sobretudo para quem o esteja a ler, não por ser estritamente um macroeconomista, mas antes por simples interesse acerca das discussões macroeconómicas contemporâneas — e que ao mesmo tempo trabalhe em questões de localização e de sistemas produtivos locais, como é o meu caso.

Para esta sub-espécie de leitores o capítulo 9 é um bônus apreciável. E ele começa como deve começar. "Traduzindo", a questão inicial é esta: quanto vale, em economia, a contingência, a história, o acaso, as iniciativas não-orgânicas? E o que é que é determinado mecanicamente segundo princípios pré-determinados e "transparentes"<sup>2</sup>?

A resposta passa pelo seguinte: já se viu acima que, se os mercados são imperfeitamente competitivos e os agentes

2 Discuti estas questões em "Os lugares e os contextos: tempo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1990, 30, 45-73.

apenas quase-rationais, isso conduz a que os resultados da decisão colectiva não sejam necessariamente os que se poderiam supor no mundo irreal dos pressupostos da racionalidade. É por isso que o keynesianismo surgiu (relembre-se a atitude generosa de Keynes quando admitiu que a economia neoclássica era boa apenas para as excepções — certamente as que não cabem ao mundo dos homens...); e é por isso também que Keynes renasceu, recomendando que de algum modo se remedeie a ausência de uma divindade...

Ora, o passo entre o universo da discussão macroeconómica e o dos pequenos espaços da economia que os actores económicos vão desenhando dá-se quando P. Krugman introduz Paul David e Brian Arthur e a sua pergunta ingénua: porque é que os teclados dos modernos computadores são como os das mais antigas máquinas de escrever e são QWERTY ...? A resposta é: são-no porque assim começou por ser. Ou seja: na economia o acidente histórico existe e cria *path dependence* — e, além do mais, diria eu, existe a contingência e a iniciativa humana. E, logo a seguir a isso, vem a reprodução alargada assim originada, dando lugar activo ao que começa por parecer óbvio. Só que o óbvio está, geralmente, contido em sistemas complexos dos quais é necessário discernir princípios fundamentais. É esta vocação de tratar com o óbvio para lidar com a acção humana, reconstruir a complexidade e identificar princípios de comportamento que P. Krugman atribui ao que chama "*economic geography*" — e nesse contexto faz o elogio de A. Marshall, como o têm feito os que tratam de questões de espacialidade no funcionamento económico.

A este elogio não é alheio o tom cerrado com que P. Krugman fustiga os seus colegas que se limitam ao formalismo: os economistas que preferem ignorar a pergunta de Paul David e a dimensão QWERTYSTA do mundo para, em colecções de modelos, o simplificarem num outro mundo "em que os rendimentos crescentes não são importantes, as economias externas estão ausentes e a economia de mercado se forma (sobriamente) determinada pelos respectivos recursos e não por vagabundices da história" (p. 228).

...e aos "*strategic traders*"

Embora se trate de um final bem construído, a última parte do livro é a mais decepcionante. Ela representa um manifesto excessivamente rancoroso contra os círculos económicos de Clinton, os chamados *strategic traders*, designação com que Krugman marca o próprio Presidente.

Digo que há uma boa construção porque a autor quer evidenciar que a política liberal tem neste tipo de economistas o substituto funcional dos *supply-siders* no seu papel legitimador das orientações da Administração. Eles são, portanto, vulgarizadores ignorantes, a quem os académicos devem pôr no lugar. E Krugman dispôs-se a isso. Só que o problema é que este desempenho é muito pouco convincente: pela simples razão de que ele próprio pode ser identificado por alguém como um deles. E então a questão resume-se ao facto de Krugman não estar nos círculos da Casa Branca. Coisa que não teria de o desmerecer...

Como se sabe, este movimento intelectual tem em Lester Thurow (do MIT) e em Robert Reich (de Harvard) os iniciadores, logo no começo dos anos oitenta, quando a chegada de Reagan ao poder já tinha consagrado o movimento anterior, de sinal oposto. O discurso passa a ser o de uma política industrial activa e agressiva, capaz de subsidiar e proteger produções de elevado valor acrescentado e altas tecnologias, preparando assim uma posição competitiva da América em que este país se assumisse como uma empresa na concorrência mundial.

A ideia-chave do pensamento dos *strategic traders* é, pois, que "para um país prosperar ele deve estabelecer um papel de liderança nos sectores certos" (p. 251), definidos como indústrias *sunrise* ou de alto valor. É assim, também, que surge a moda da visão estratégica, isto é, a aplicação ao conjunto da economia do conceito de estratégia de negócio. É uma questão que também se conhece no debate sobre a especialização portuguesa.

Mas qual é, para Krugman, o problema com os *strategic traders*? Depois de sumariar em seis pontos o que considera os seus conceitos errados (pp. 256-266), ele concentra-se no





que constitui a pedra de toque da sua análise (a questão da produtividade), e conclui que são dois os riscos a que a "fixação" na competitividade leva aquele pensamento. O primeiro é o risco de uma guerra comercial derivada das tentações proteccionistas. O segundo é que o excesso de importância dada ao plano internacional subestima as questões internas da economia americana e, aí, os seus verdadeiros problemas.

Terão as recentes eleições americanas alguma coisa a ver com isto? O pêndulo continua em movimento?

José Reis

### Philippe Delmas (1993)

***O Senhor do tempo — A modernidade da acção do Estado***, Porto, Edições Asa, Coleção "Em economia aberta", 1, 384 p., (tradução de Teresa Lello e Cristiano Lello). Edição original: *Le maître des horloges*, Editions Odile Jacob, 1991

A editora Asa deu início à publicação de uma nova colecção dedicada às questões económicas. Sob a designação genérica de "Em economia aberta", serão colocadas à disposição do público português traduções de obras de debate e investigação no campo da ciência económica. A abertura desta colecção coube a Philippe Delmas, através do seu *O Senhor do tempo — Le maître des horloges* no original.

O economista francês toma como ponto de partida da sua obra o pressuposto de que a história recente das sociedades desenvolvidas, nomeadamente a dos países anglo-saxónicos, mostrou à sociedade os limites da (não)política do anti-intervencionismo universal ou, nas palavras do autor, dos "mitos do Estado mínimo".

A denúncia do "auto-afundamento" da lógica liberal feita nesta obra retorna em larga medida a argumentos já propostos por Schumpeter. É de novo aduzido o argumento da irreversibilidade do processo de concentração empresarial. Na versão de Delmas, esta concentração é resultado directo quer da "concorrência pelo investimento", processo pelo qual as grandes empresas aceitam baixas taxas de retorno de maciços investimentos, sufocando os concorrentes de menor dimensão, quer pelas insuficiências em matéria de rigor dos pequenos fornecedores das grandes multinacionais, criando as condições para uma sucessão de integrações verticais a montante. Conclusão: o mecanismo do mercado, deixado à sua própria sorte, cai precisamente no tipo de situações que supostamente deveria evitar. Adicionalmente, são referidos os efeitos nocivos da "preferência pelo presente" e da privatização dos riscos sociais. A partir daí, Philippe Delmas procura desenhar os contornos da "diferença entre uma intervenção pública, por muito forte que seja, e a estatização" (Delmas,

1993: 289). O esforço teórico feito pretende provar que, ao contrário da crença corrente, a acção do Estado e o funcionamento do mecanismo do mercado não são conflituais e mutuamente exclusivos, mas sim compatíveis e, inclusivamente, simbióticos. Mas o autor vai mais longe garantindo-nos que a acção do Estado, engendrada em moldes inovadores, é tida como condição necessária para que o mecanismo da concorrência possa efectivamente funcionar. Grande parte da obra é dedicada, portanto, à explicação da natureza dos moldes inovadores da acção pública que possam provocar um despertar do “Estado envergonhado” e que ultrapassem a habitual reivindicação de maiores meios e verbas. Residirá, por certo, neste ponto o contributo mais inovador de *O Senhor do tempo*.

As propostas de Delmas, é preciso dizê-lo, presumem a aceitação do mercado como o menos mau dos meios conhecidos para mais bem afectar os recursos disponíveis. O que se propõe é que a acção do Estado sustente de forma capaz o funcionamento desse mesmo mercado. As receitas sugeridas destinam-se portanto a assegurar que os processos de concentração e integração sejam evitados e que a subsistência das empresas de diversas dimensões seja garantida.

O conjunto de ideias apresentado assenta em dois pontos principais: um, o mais importante, o da introdução da variável tempo como peça determinante do sentido e das formas assumidas pela acção estatal; o outro relaciona-se com a necessidade do Estado fomentar (ou obrigar) o aparecimento de relações de natureza contratual entre diversas entidades (empresas entre si e entre empresas e universidades, por exemplo) que possam subtrair-se à lógica estrita da concorrência.

A primeira das questões referidas — a da acção estatal como instância “sincronizadora” — é muito pouco frequente nos discursos político e económico. Talvez por isso mesmo, tenha sido este o tema invocado no título. O ponto de vista de Delmas assenta na ideia da incompatibilidade entre a “excessiva velocidade” do mercado e as exigências de racionalidade a que as empresas estão sujeitas, por um lado, e as necessidades de gestão dos prejuízos sociais decorrentes das

transformações tecnológicas, por outro. Caberá ao Estado um papel de intermediação, o qual, exercido através de um conjunto de apoios decrescentes às empresas, lhes permita planejar a sua acção com horizontes temporais mais longos, que possam garantir a manutenção e a estabilidade dos grupos de trabalhadores, que garantam os equilíbrios e a coesão dentro das empresas e no ambiente industrial. No fundo, o Estado deverá facultar (forçar) a possibilidade de serem admitidos retornos baixos dos investimentos feitos, fazendo aliviar a obsessão dos relatórios trimestrais e fazendo participar as empresas num verdadeiro “contrato social”, que não transforme as empresas numa “zona franca social”, com evidentes prejuízos para toda a sociedade. Philippe Delmas apoia as suas teses na comparação entre os resultados obtidos na Europa Continental (nomeadamente na Alemanha) e nos Estados Unidos, onde a ausência da sincronização levada a cabo pelo Estado provocou o conjunto de desequilíbrios acima enunciados.

O outro ponto assenta na concepção da “tecnologia como infraestrutura”, o que, naturalmente, implica uma grande circulação dos (novos) saberes. Uma tarefa decerto complexa de ser levada à prática. As pessoas e as empresas são fortemente ciosas das suas descobertas científicas e a sua partilha não é desejada. O que Delmas procura mostrar é que essa partilha é fundamental para que os erros cometidos nos Estados Unidos não o sejam noutros países. Trata-se de evitar que o tecido industrial não seja polarizado entre um sector de ponta, de inovação constante, fortemente dirigido à satisfação de necessidades militares e, conseqüentemente, protegido, mas que não difunde riqueza nem modernidade, e um outro, de tecnologia crescentemente obsoleta, de rentabilidade reduzida e falências frequentes. Pretende-se recuperar a noção de interesse geral, agora aplicada à indústria, conjugada com a preocupação dos valores de equilíbrio e coesão no meio industrial. Nas palavras do autor, a política industrial deve poder conduzir a uma verdadeira “sociedade de empresas”.

Fica por saber se o programa proposto por Delmas, uma espécie de “capitalismo de rosto humano”, que não é inédito entre a







intelectualidade francesa, não se confrontará, na prática, com a natureza egoísta e concorrencial dos agentes económicos. Fica também por saber se, afinal, a vertigem dos mercados e da constante modernização tecnológica, ainda que implicando a exclusão de muitos, não será tão-só o resultado dos mais básicos instintos humanos.

A quantidade de informação disponível em *O Senhor do tempo* é significativa. A obra está profusamente ilustrada com exemplos numéricos referentes aos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha e França. Para cada um dos países, os resultados obtidos são aferidos em função da proximidade entre as políticas efectivamente postas em prática em cada um deles e as que Delmas propõe.

Uma nota final para a boa qualidade da tradução, pouco habitual no panorama editorial português, e esperamos venha a ter continuidade nos próximos títulos desta colecção.

José Fernando Guedes Correia